



17 de dezembro de 2024
CONTAS REGIONAIS (BASE 2021)
2021 e 2022 final e 2023 preliminar

COM A NOVA GEOGRAFIA TERRITORIAL, A DISPARIDADE REGIONAL DO PIB *per capita*, MEDIDA PELA DIFERENÇA ENTRE AS REGIÕES COM OS ÍNDICES MAIS ELEVADO (GRANDE LISBOA) E MAIS BAIXO (PENÍNSULA DE SETÚBAL), AUMENTOU PARA 87 P.P. EM 2022 (44 P.P. NA ANTERIOR GEOGRAFIA)

Em 2023, o crescimento real de 2,5% do PIB do país traduziu-se em crescimentos em todas as regiões, mais acentuados na Região Autónoma da Madeira (4,5%), na Região Autónoma dos Açores (3,4%), no Algarve e Grande Lisboa (ambas com 3,3%) e na região do Oeste e Vale do Tejo (2,9%). A região Norte (2,3%), a Península e Setúbal (1,7%) e o Centro (1,4%) apresentaram crescimentos mais moderados, tendo o Alentejo registado o desempenho mais fraco (0,4%).

O PIB, em volume, cresceu em todas as regiões em 2022, com o Algarve (20,7%) e a Região Autónoma da Madeira (16,5%) claramente acima do país (7,0%), seguidos da Grande Lisboa (9,1%). A Região Autónoma dos Açores (6,3%), a Península de Setúbal (5,6%), o Norte (5,2%), o Centro e a região Oeste e Vale do Tejo (ambas com 4,1%), registaram um crescimento mais moderado, mas próximo do país, enquanto o Alentejo (1,7%) apresentou o crescimento mais ténue.

Em 2022, o diferencial entre a região com maior e menor índice de PIB *per capita*, Rendimento Primário Bruto *per capita* e Rendimento Disponível Bruto *per capita*, foi de 87 p.p., 37 p.p. e 34 p.p., respetivamente, verificando-se um ligeiro agravamento na disparidade dos três indicadores em relação a 2021. A nova geografia territorial (NUTS2024), que desagrega a anterior Área Metropolitana de Lisboa em Grande Lisboa e Península de Setúbal, regiões que apresentam o maior e o menor índice do PIB *per capita*, conduziu a um agravamento da disparidade regional, que passou de 44 p.p. na NUTS2013 para 87 p.p. na NUTS2024 em 2022 (aumentando para 90 p.p. em 2023 na nova geografia). A disparidade dos rendimentos das famílias é significativamente inferior à do PIB *per capita*, devido à correção dos movimentos pendulares que existe na afetação do rendimento disponível, fundamentalmente devido às remunerações, que refletem o local de residência e não o local de trabalho.

O INE divulga as Contas Regionais finais de 2021 e 2022 e preliminares de 2023, consistentes com as Contas Nacionais Anuais e Trimestrais, publicadas em 23 de setembro de 2024.

Os resultados agora divulgados em base 2021 refletem não só a nova base de referência das contas nacionais, como a alteração da geografia territorial NUTS2024, em substituição da NUTS2013.

A nova organização das Unidades territoriais para fins estatísticos foi estabelecida pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão, de 26 de dezembro de 2022, que altera os anexos do Regulamento (CE)



n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS). A NUTS2024 passou a ser obrigatória na transmissão de informação ao Eurostat desde 1 de janeiro de 2024, devendo as séries históricas serem disponibilizadas até 1 de janeiro de 2026¹.

Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos 2024

NUTSI	NUTSII	NUTSIII
Sem alteração de limites territoriais ou designações.	Com alteração de limites territoriais, passam a existir 9 regiões NUTSII, mantendo-se iguais 4: Norte, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa é desagregada na Grande Lisboa e na Península de Setúbal e é criada a região Oeste e Vale do Tejo.	Com alteração de limites territoriais e designações, passam a existir 26 regiões NUTSIII, mantendo-se iguais todas, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa desagregada na Grande Lisboa e na Península de Setúbal; Oeste, Médio Tejo* e Lezíria do Tejo passam a constituir a NUTSII Oeste e Vale do Tejo;
Continente	Norte	Alto Minho Cávado Ave Área Metropolitana do Porto Alto Tâmega e Barroso** Tâmega e Sousa Douro Terras de Trás-os-Montes
	Centro	Região de Aveiro Região de Coimbra Região de Leiria Viseu Dão-Lafões Beira Baixa Beiras e Serra da Estrela
	Oeste e Vale do Tejo	Oeste Médio Tejo* Lezíria do Tejo
	Grande Lisboa	Grande Lisboa
	Península de Setúbal	Península de Setúbal
	Alentejo	Alentejo Litoral Baixo Alentejo Alto Alentejo Alentejo Central
	Algarve	Algarve
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

* os concelhos de Sertã e Vila de Rei saem do Médio Tejo para a Beira Baixa;

** Alto Tâmega passa a designar-se de Alto Tâmega e Barroso.

¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32023R0674>



Os resultados em base 2021 incorporam nova informação estatística de natureza estrutural, com destaque para os Censos 2021 e Recenseamento Agrícola de 2019 pelo seu impacto nas revisões face à base 2016. Foi também utilizada informação de carácter regular, como a Declaração Mensal de Remunerações e os Movimentos pendulares entre município de trabalho e município de residência obtidos a partir dos Quadros de Pessoal (local de trabalho). Esta última informação em conjunto com a obtida dos Censos permitiu-nos uma melhor afetação dos Rendimentos Primário e Disponível das Famílias ao local de residência e não ao local de trabalho.

Na secção I deste destaque são apresentados os resultados obtidos para 2021, o último ano com dados finais e detalhados da base 2016, comparáveis com os agora publicados em base 2021. Contudo, só é possível comparar as regiões que não tiveram alteração dos seus limites territoriais: Norte, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Na secção II são apresentados os principais resultados preliminares para 2023, seguindo-se a informação com carácter final referente a 2022. Sequencialmente são apresentadas a análise da Coesão Regional, da Formação Bruta de Capital Fixo e das Contas das Famílias.

Os resultados de 2022, agora divulgados, beneficiam de informação mais sólida, completa e detalhada que a anterior versão provisória em base 2016, nomeadamente a Informação Empresarial Simplificada, o E-fatura, os Quadros de Pessoal e a Declaração Mensal de Remunerações da Segurança Social, a Conta Geral do Estado e os resultados por tipo de despesa e receita do subsector das administrações públicas locais.

São igualmente atualizados os resultados do PIB das regiões portuguesas em Paridades de Poder de Compra, refletindo a informação mais recente disponibilizada hoje pelo INE e pelo Eurostat.

Está planeada a divulgação em junho de 2025 das séries consistentes do PIB, VAB, Emprego e Remunerações das Contas Regionais até ao ano de 2000.

Para além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder no portal do INE, na nova “entrada” designada “Contas Nacionais – SEC2010, base 2021”, especificamente em D – Contas Regionais, a toda a informação detalhada disponível:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010b2021&contexto=cr&selTab=tab3&perfil=662096496&INST=659853242



I. Contas Regionais – Base 2021 NUTS2024: Principais resultados e revisões em 2021

A estrutura territorial em NUTS2024 é composta por 9 regiões ao nível II, substituindo as anteriores 7. É criada a região Oeste e Vale do Tejo composta pelas antigas NUTS III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo (sem os concelhos da Sertã e Vila de Rei que permanecem na região Centro) e a Península de Setúbal. Esta última região, antes agregada à Grande Lisboa, constituindo ambas a Área Metropolitana de Lisboa, volta a ser uma região autónoma quer ao nível II, quer ao nível III (como acontecia na versão NUTS1989).

Quadro 1. Principais resultados por NUTS II – 2021
base 2021 versus base 2016

Agregados	Unidade	Regiões									Portugal	
		Norte	Centro	Oeste e Vale do Tejo	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira		
Base 2021 (NUTS 2024)	PIB	10 ⁶ Euros	65.622	31.225	13.889	65.458	11.976	9.306	9.419	4.374	5.073	216.494
		%	30,3	14,4	6,4	30,2	5,5	4,3	4,4	2,0	2,3	100,0
	População (Censos 2021)	10 ³ Indivíduos	3.606	1.665	820	2.070	814	472	470	238	252	10.408
		%	34,6	16,0	7,9	19,9	7,8	4,5	4,5	2,3	2,4	100,0
	PIB per capita	Euros	18.200	18.755	16.930	31.618	14.714	19.709	20.044	18.364	20.108	20.801
		Índice (PT=100)	88	90	81	152	71	95	96	88	97	100
	Emprego - Indivíduos totais	10 ³ Indivíduos	1.680	736	341	1.236	265	221	232	118	122	4.953
	%	33,9	14,9	6,9	25,0	5,3	4,5	4,7	2,4	2,5	100,0	
Rend. Disponível Bruto Famílias	10 ⁶ Euros	46.220	22.851	11.392	35.693	11.631	6.850	8.010	3.417	3.505	149.570	
	%	30,9	15,3	7,6	23,9	7,8	4,6	5,4	2,3	2,3	100,0	
Rend. Disponível Bruto Famílias per capita	Euros	12.819	13.726	13.886	17.241	14.291	14.507	17.046	14.346	13.891	14.371	
	Índice (PT=100)	89	96	97	120	99	101	119	100	97	100	
Agregados	Unidade	Norte	Centro*	Inexistente	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo*	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Portugal		
Base 2016 (NUTS 2013)	PIB	10 ⁶ Euros	65.110	41.287	-	76.603	13.732	9.584	4.561	5.026	216.053	
		%	30,1	19,1	-	35,5	6,4	4,4	2,1	2,3	100,0	
	População (Censos 2011)	10 ³ Indivíduos	3.565	2.231	-	2.867	699	437	242	254	10.295	
		%	34,6	21,7	-	27,8	6,8	4,2	2,4	2,5	100,0	
	PIB per capita	Euros	18.262	18.506	-	26.721	19.658	21.943	18.829	19.788	20.987	
		Índice (PT=100)	87	88	-	127	94	105	90	94	100	
	Emprego - Indivíduos totais	10 ³ Indivíduos	1.686	1.010	-	1.474	324	224	117	121	4.960	
	%	34,0	20,4	-	29,7	6,5	4,5	2,4	2,4	100,0		
Rend. Disponível Bruto Famílias	10 ⁶ Euros	45.702	30.571	-	47.975	10.013	7.760	3.453	3.440	148.913		
	%	30,7	20,5	-	32,2	6,7	5,2	2,3	2,3	100,0		
Rend. Disponível Bruto Famílias per capita	Euros	12.818	13.703	-	16.735	14.334	17.766	14.258	13.544	14.465		
	Índice (PT=100)	89	95	-	116	99	123	99	94	100		
Revisões	PIB	%	0,8	-	-	1,1	-	-1,7	-4,1	0,9	0,2	
	População	%	1,1	-	-	0,6	-	7,6	-1,7	-0,7	1,1	
	PIB per capita	%	-0,3	-	-	1,4	-	-8,7	-2,5	1,6	-0,9	
	Emprego - Indivíduos totais	%	-0,3	-	-	1,8	-	3,3	0,6	0,9	-0,1	
	Rend. Disponível Bruto Famílias	%	1,1	-	-	-1,4	-	3,2	-1,0	1,9	0,4	
	Rend. Disponível Bruto Famílias per capita	%	0,0	-	-	-2,0	-	-4,1	0,6	2,6	-0,6	

* regiões não comparáveis nas duas geografias

Tendo por base o peso relativo do PIB, as regiões Oeste e Vale do Tejo (6,4%) e Península de Setúbal (5,5%) passam a ser a quarta e a quinta região do país com maior PIB, superando o Alentejo (4,3%) e o Algarve (4,4%). A Grande Lisboa (30,2%) praticamente iguala o peso do Norte (30,3%), tendo o PIB destas duas regiões sido revisto em 1,1% e 0,8%, respetivamente, face à base 2016. A região do Algarve embora tenha tido uma revisão



em baixa face à base 2016 (-1,7%) mantém o seu peso relativo (4,4%). A Região Autónoma dos Açores foi a região que apresentou a maior revisão do PIB (-4,1%) mantendo-se como a região com menor representação no PIB do País, enquanto a Região Autónoma da Madeira, com uma revisão positiva de 0,9%, manteve o peso relativo.

Em termos de PIB *per capita*, a maior discrepância observa-se entre a Grande Lisboa, com o valor mais elevado (31 618 euros) e a Península de Setúbal, com o valor mais baixo (14 714 euros), as duas regiões que, em NUTS2013, constituíam a Área Metropolitana de Lisboa, apesar do PIB *per capita* para o conjunto das duas regiões se manter muito próximo em ambas as bases (26 848 euros em base 2021 e 26 721 euros em base 2016). A Península de Setúbal, com 7,8% da População Residente, origina no seu território apenas 5,5% do PIB, sendo uma das regiões com menor peso de emprego (indivíduos) no total da sua população residente (32,5% face a 59,7% da Grande Lisboa). Estes resultados são indissociáveis do facto de grande parte dos residentes na Península de Setúbal exercerem a sua atividade profissional na região da Grande Lisboa, obtendo aí grande parte dos seus rendimentos, especificamente remunerações, contribuindo para o PIB desta região.

A Península de Setúbal e o Oeste e Vale do Tejo, apesar de apresentarem um PIB *per capita* inferior às restantes regiões, apresentam um Rendimento Disponível das Famílias *per capita* similar às regiões Norte, Centro, Alentejo e Regiões Autónomas. Mais uma vez, esta situação está relacionada com a diferente localização geográfica onde os trabalhadores residem e exercem a sua atividade, originando movimentos pendulares considerados na afetação do rendimento disponível das regiões.

Das 4 regiões comparáveis nas duas geografias, NUTS2013 e NUTS2024, apenas a Região Autónoma da Madeira apresenta uma revisão em alta do PIB *per capita* (+1,6%), pelo duplo efeito do aumento do PIB (+0,9%) e da diminuição da População (-0,7%).

Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores apresenta uma revisão em baixa do PIB *per capita* (-2,5%) apesar da revisão em baixa da população (-1,7%). A região Norte apresenta um resultado semelhante ao país, com uma revisão de 1,1% da população e uma ligeira diminuição do PIB *per capita* (-0,3%). O Algarve regista a maior revisão em alta da População (7,6%) a par da revisão em baixa do PIB (-1,7%), conduzindo à revisão do PIB *per capita* em -8,7%. Note-se ainda que o aumento da população no Algarve, sobretudo com mais de 65 anos, não foi acompanhado por equivalente aumento do emprego.

No que se refere ao Rendimento Disponível Bruto das Famílias *per capita*, o Norte manteve o índice que apresentava em base 2016 (89), o Algarve (123 em base 2016 e 119 em base 2021) registou um agravamento por via da revisão em alta da População e a Região Autónoma dos Açores subiu ligeiramente (99 em base 2016 e 100 em base 2021). A Região Autónoma da Madeira apresentou a maior revisão em alta no índice (94 em base 2016 e 97 em base 2021) pelo duplo efeito da diminuição da População e do aumento do Rendimento Disponível Bruto.



II. Produto Interno Bruto

1. Resultados preliminares de 2023

Em 2023, de acordo com os resultados preliminares das Contas Regionais, o PIB do país registou um crescimento nominal de 9,6%. Todas as regiões apresentaram variações positivas, tendo a Grande Lisboa (11,7%), a Região Autónoma da Madeira (11,5%), o Oeste e Vale do Tejo (11,0%) e a Região Autónoma dos Açores (10,6%) crescido mais de 1 ponto percentual (p.p.) acima da média do país. O Algarve (9,7%) registou uma variação próxima da média nacional, enquanto nas restantes regiões estimam-se variações nominais inferiores à média do país, sendo 8,6% no Norte, 8,1% no Alentejo e 7,4% no Centro e na Península de Setúbal.

Quadro 2. Produto Interno Bruto por NUTS II – 2023Pe

Regiões	2023Pe			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	78.660	29,4	8,6	2,3
Centro	36.631	13,7	7,4	1,4
Oeste e Vale do Tejo	16.560	6,2	11,0	2,9
Grande Lisboa	84.363	31,6	11,7	3,3
Península de Setúbal	14.154	5,3	7,4	1,7
Alentejo	11.327	4,2	8,1	0,4
Algarve	13.143	4,9	9,7	3,3
R. A. Açores	5.376	2,0	10,6	3,4
R. A. Madeira	6.989	2,6	11,5	4,5
Extra-regio	182	0,1	-	-
Portugal	267.384	100,0	9,6	2,5

Pe - dados preliminares

Em termos reais, o PIB aumentou 2,5% no país, retomando um ritmo de crescimento próximo do último ano pré pandemia, tendo-se registado crescimento em todas as regiões, mais acentuado na Região Autónoma da Madeira (4,5%), na Região Autónoma dos Açores (3,4%), no Algarve e Grande Lisboa (ambas com 3,3%) e na região do Oeste e Vale do Tejo (2,9%). A região Norte (2,3%) registou um crescimento ligeiramente inferior ao do país, enquanto a Península e Setúbal (1,7%) e o Centro (1,4%) apresentaram crescimentos mais moderados. O Alentejo registou o crescimento menos expressivo (0,4%).

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e no Algarve o acréscimo real do PIB, resultou sobretudo do crescimento mais dinâmico do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, atividade com relevância na estrutura produtiva destas regiões e fortemente influenciada pela atividade turística, que registou um acréscimo, em volume, de 6,7%, 5,6% e 4,7% respetivamente.

Para o crescimento do PIB da Grande Lisboa contribuiu significativamente o desempenho do VAB dos ramos das *atividades de informação e comunicação* e dos *serviços prestados às empresas*, que registaram acréscimos de 6,1% e 6,0%, respetivamente e, ainda, o crescimento mais moderado do VAB do *comércio, transportes, alojamento e restauração* e das *atividades imobiliárias* (ambas com 3,8%).



(9,1%). As restantes regiões apresentaram um crescimento inferior à média do país, sendo de 6,3% na Região Autónoma dos Açores, 5,6% na Península de Setúbal, 5,2% no Norte, 4,1% no Centro e na região Oeste e Vale do Tejo. O Alentejo, com 1,7%, apresentou o menor crescimento.

Para o crescimento real do PIB do Algarve, da Região Autónoma da Madeira e da Grande Lisboa contribuiu significativamente o VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* e dos *serviços prestados às empresas*, atividades com relevância significativa na estrutura produtiva destas regiões, que registaram acréscimos do VAB, em volume, de 43,1%, 36,0% e 17,5%, respetivamente, no primeiro ramo e 35,1%, 32,6% e 11,9% no segundo.

O crescimento do PIB da Região Autónoma dos Açores (6,3%), embora tenha beneficiado do crescimento ligeiramente acima do país do VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (16,9%) e dos *serviços prestados às empresas* (24,1%), foi condicionada pelo decréscimo do VAB da *agricultura, silvicultura e pesca* (-7,0%) e dos *serviços de informação e comunicação* (-3,7%).

Relativamente à região Norte, destaca-se o crescimento do VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (11,3%) e dos *serviços prestados às empresas* (11,9%).

Tanto na região Centro como na Península de Setúbal, o crescimento menos intenso do PIB resultou, em grande medida, do desempenho mais moderado do VAB dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (5,5% e 9,5%, respetivamente), dos *serviços prestados às empresas* (9,8% e 8,2%) e dos *serviços de informação e comunicação* (6,0% e 10,1%), cujos contributos para o crescimento do PIB foram inferiores aos do país.

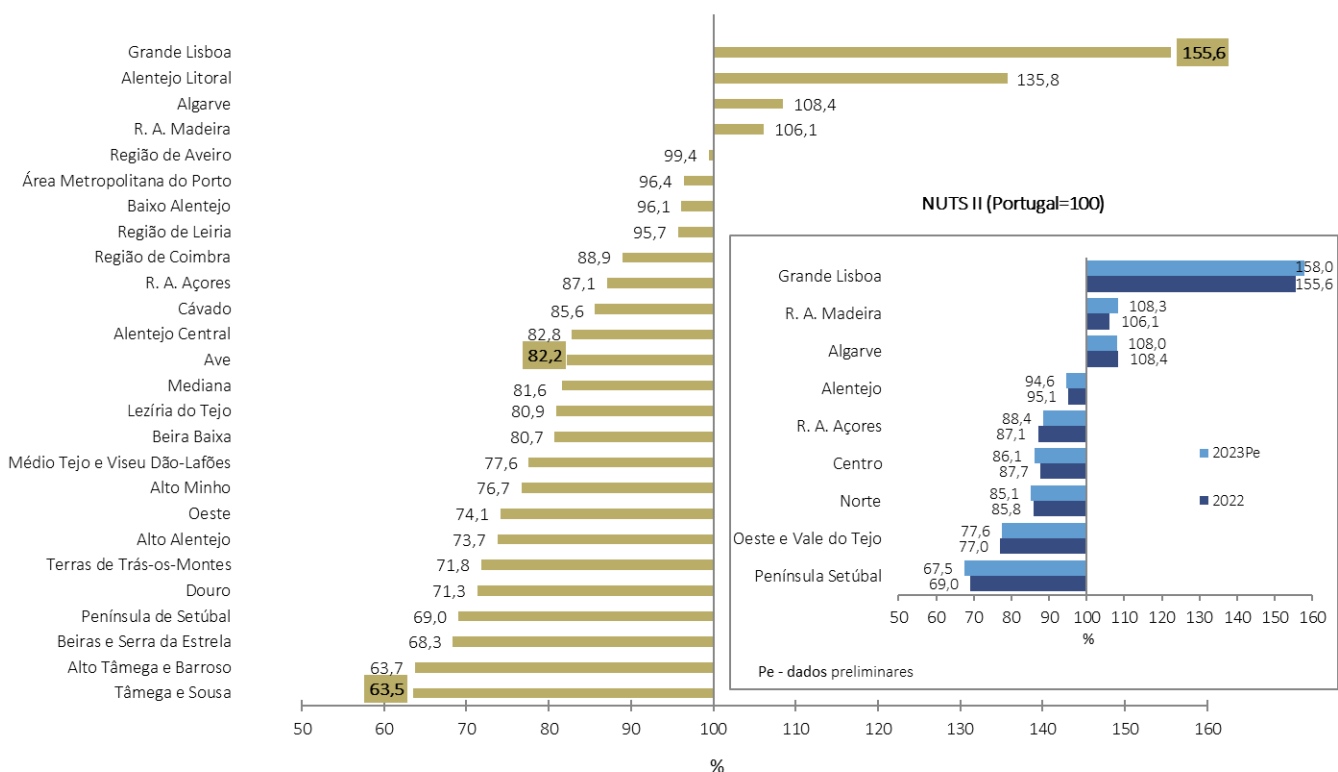
A região Oeste e Vale do Tejo teve o crescimento do PIB condicionado pelo maior decréscimo do VAB da *agricultura, silvicultura e pesca* (-12,0%), a par de um crescimento moderado do VAB dos *serviços prestados às empresas* (8,2%), dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (11,3%) e da *administração pública, defesa, saúde e educação* (2,6%).

No Alentejo, o crescimento mais moderado do PIB, embora tenha beneficiado do crescimento do VAB das *atividades imobiliárias* (10,2%) foi, em grande medida, condicionado pelo crescimento do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (6,7%) inferior ao país e, sobretudo, pelos decréscimos do VAB da *indústria extrativa* (-24,2%), da *fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais* (-32,1%) e da *agricultura, silvicultura e pesca* (-9,5%).

Em 2022, a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre o VAB em termos reais e o emprego total medido em indivíduos, aumentou 3,1% no país, tendo todas as regiões registado aumentos de produtividade, com exceção do Alentejo (-2,4%). Nesta região o acréscimo de emprego, ligeiramente superior ao do país, não foi acompanhado pelo crescimento real do VAB. Os crescimentos mais expressivos, e superiores à média nacional, foram registados na Região Autónoma da Madeira (12,8%), no Algarve (9,7%), na Região Autónoma dos Açores (4,9%) e na Grande Lisboa (4,0%). Nas regiões Norte (2,0%) e nas duas regiões recentemente criadas, Oeste e Vale do Tejo (1,8%) e Península Setúbal (1,7%), a variação foi inferior à média nacional.



Figura 1. Índices de disparidade do PIB *per capita*, por NUTS III – 2022 (Portugal=100)



Em 2023, de acordo com os dados preliminares, a Grande Lisboa (158,0) continua com o índice de disparidade regional do PIB *per capita* mais elevado e superior ao de 2022. Segue-se a Região Autónoma da Madeira (108,3) com o segundo maior índice, superior ao de 2022 e ao do Algarve (108,0). A Península de Setúbal mantém o índice de disparidade do PIB *per capita* mais baixo de todas as regiões (67,5) e inferior ao de 2022.

Os dados preliminares de 2023 indiciam, assim, um aumento da disparidade regional do PIB *per capita*, face a 2022, tendo o índice da Península de Setúbal diminuído 1,5 p.p. e o da Grande Lisboa aumentado 2,4 p.p..

Em 2022, as assimetrias do PIB *per capita* entre as vinte e seis regiões NUTS III atingiram a sua expressão máxima na comparação do índice da Grande Lisboa (155,6) com o da região Tâmega e Sousa (63,5), tal como acontecia em 2021. Verificou-se um aumento da disparidade regional, tendo a diferença entre as duas regiões aumentado de 87,2 p.p. em 2021, para 92,1 p.p. em 2022, em resultado do aumento (3,6 p.p.) do índice da Grande Lisboa e da diminuição (-1,3 p.p.) do índice do Tâmega e Sousa. A mediana deste indicador diminuiu de 84,7 para 81,6, indicando também um aumento da disparidade.

Em 2022, o Alentejo era a NUTS II com maior disparidade regional (62,1 p.p.), resultante da diferença entre os índices do Alentejo Litoral (135,8) e do Alto Alentejo (73,7). Face a 2021, registou-se um aumento significativo



da disparidade devido ao aumento de 17,4 p.p. do índice do PIB *per capita* da região do Alentejo Litoral e à diminuição de 3,2 p.p. do mesmo indicador do Alto Alentejo.

A região Norte evidenciava uma disparidade regional (32,9 p.p.) significativamente inferior à do Alentejo e apenas ligeiramente superior à da região Centro, correspondente à diferença entre os índices da Área Metropolitana do Porto (96,4) e do Tâmega e Sousa (63,5). Em 2021 aquele diferencial era de 32,1 p.p. entre as mesmas regiões NUTS III, indiciando um aumento muito ligeiro da disparidade.

A região Centro apresentava, em 2022, uma disparidade regional de 31,1 p.p. entre o maior e o menor índices observados, respetivamente a Região de Aveiro (99,4) e Beiras e Serra da Estrela (68,3). Em 2021 a disparidade entre as mesmas regiões NUTS III, era maior (34,7p.p.).

Em 2022, a recente criada região Oeste e Vale do Tejo registava a menor disparidade regional (6,8 p.p.), ainda assim superior a 2021 (4,0 p.p.), correspondente à diferença entre os índices da Lezíria do Tejo (80,9) e do Oeste (74,1).

Figura 2. Índices de disparidade da Produtividade, por NUTS III – 2022 (Portugal=100)

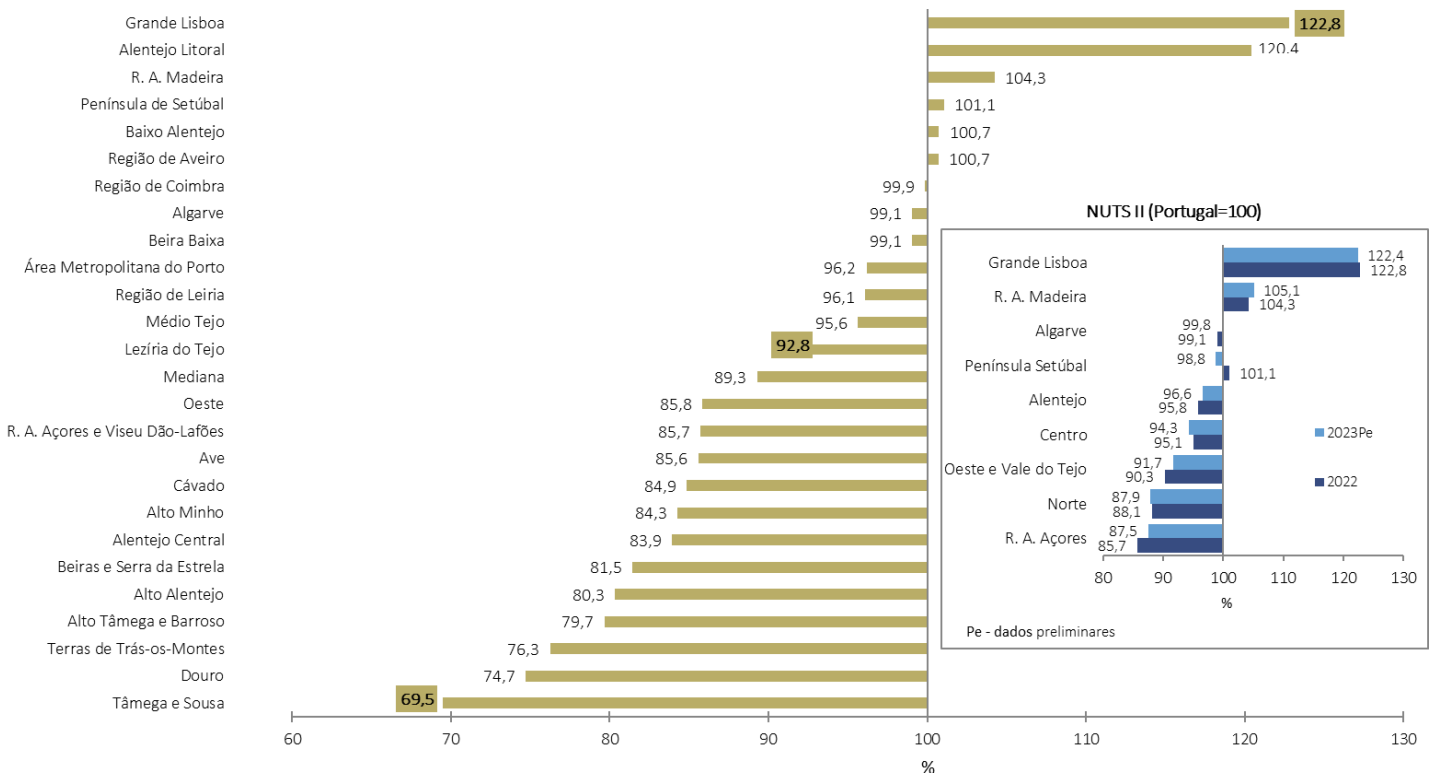
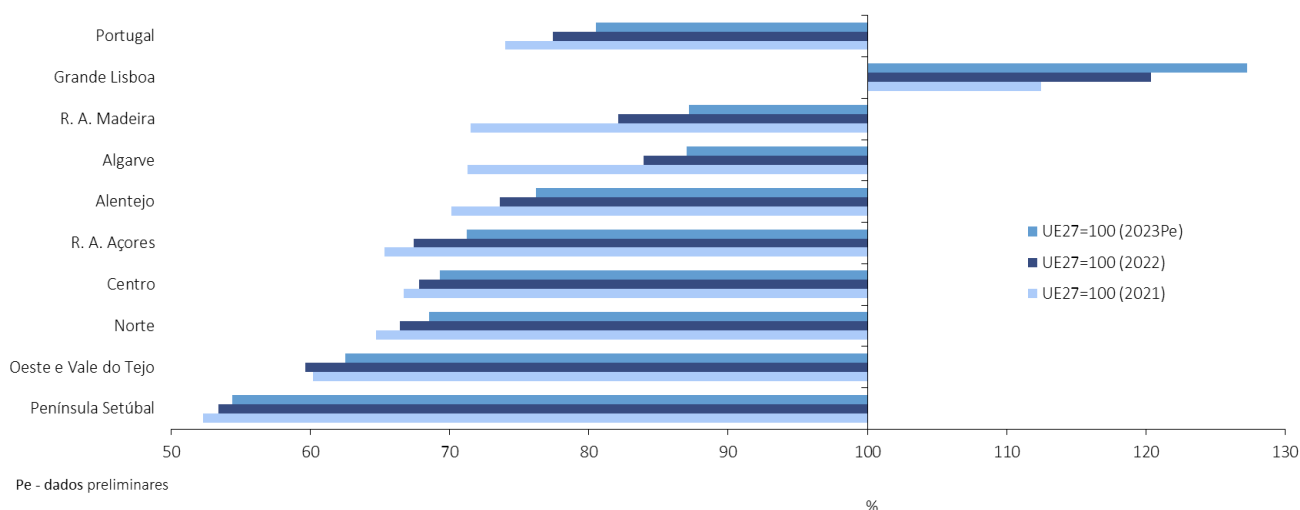




Figura 3. Índices de disparidade do PIB *per capita* em PPC – 2021 a 2023Pe



IV. Formação Bruta de Capital Fixo

Em 2022, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou um crescimento nominal de 13,1%, atingindo 50 190 milhões de euros. Os ramos de atividade que mais contribuíram para o crescimento da FBCF foram o *comércio, transportes, alojamento e restauração* (3,5 p.p.), as *atividades imobiliárias* (3,4 p.p.) e a *indústria e energia* (3,3 p.p.). Todas as regiões do país contribuíram para esse crescimento, destacando-se a Grande Lisboa, com um contributo de 5,2 p.p., seguindo-se o Norte (3,9 p.p.) e o Centro (1,3 p.p.). As restantes regiões apresentaram contributos menos significativos: Península de Setúbal (0,8 p.p.), Algarve (0,7 p.p.), as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e a região Oeste e Vale do Tejo (0,2 p.p.).

Quadro 5. Formação Bruta de Capital Fixo por NUTS II – 2021 e 2022

Regiões	2021		2022			
	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	Variação Anual (%)	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
Norte	14.413	32,5	16.144	32,2	12,0	3,9
Centro	6.286	14,2	6.879	13,7	9,4	1,3
Oeste e Vale do Tejo	2.575	5,8	2.685	5,4	4,3	0,2
Grande Lisboa	13.136	29,6	15.434	30,8	17,5	5,2
Península de Setúbal	1.962	4,4	2.328	4,6	18,6	0,8
Alentejo	2.403	5,4	2.617	5,2	8,9	0,5
Algarve	1.860	4,2	2.178	4,3	17,1	0,7
R.A. Açores	776	1,7	864	1,7	11,3	0,2
R.A. Madeira	961	2,2	1.046	2,1	8,8	0,2
Extra-regio	14	0,0	15	0,0	-	-
Portugal	44.388	100,0	50.190	100,0	13,1	13,1

Em 2022 a Península de Setúbal, a Grande Lisboa e o Algarve foram as regiões do país que apresentaram um crescimento da FBCF acima da média nacional, tendo a Península de Setúbal registado o maior crescimento



(18,6%), em resultado do acréscimo do investimento nos ramos da *indústria e energia* (30,2%) e do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (39,3%). Na Grande Lisboa o acréscimo da FBCF (17,5%) resultou, principalmente, do aumento do investimento no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (39,2%) e nas *atividades imobiliárias* (27,1%), enquanto no Algarve se deveu, sobretudo, ao aumento do investimento nos ramos das *atividades imobiliárias* (20,1%) e da *indústria e energia* (37,8%).

O aumento da FBCF no Norte (12,0%) traduz o acréscimo ocorrido na *indústria e energia* e nas *atividades imobiliárias* (ambos 9,1%), no *comércio, transportes, alojamento e restauração* (17,7%) e nas *atividades informação e comunicação* (61,6%), enquanto nas regiões Centro (9,4%) e Alentejo (8,9%) foi o acréscimo do investimento na *indústria e energia* (12,4%, e 16,2%, respetivamente) e no *comércio, transportes, alojamento e restauração* (15,1% e 33,8%).

Na Região Autónoma dos Açores o crescimento da FBCF (11,3%) deveu-se, sobretudo, ao aumento do investimento nos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (21,2%) e das *atividades imobiliárias* (14,0%). Na Região Autónoma da Madeira (8,8%) deveu-se também ao aumento do investimento nos ramos das *atividades imobiliárias* (25,7%) e ainda *dos serviços prestados às empresas* (58,3%).

Na região Oeste e Vale do Tejo o acréscimo da FBCF (4,3%) está relacionado, principalmente, com o aumento do investimento nos ramos das *atividades imobiliárias* (13,9%) e da *indústria e energia* (7,3%). Esta foi a região do país que registou o menor crescimento da FBCF.

V. Contas das famílias

Em 2022, o Rendimento Primário Bruto (RPB⁶) foi de 163 832 milhões de euros, valor superior ao do Rendimento Disponível Bruto (RDB⁷, 162 671 milhões de euros), correspondendo a variações nominais de 9,6% e 8,8%, respetivamente.

No quadro 6 pode observar-se que o RPB cresceu acima da média nacional no Algarve (17,5%), na Região Autónoma da Madeira (14,1%) e na Grande Lisboa (11,0%). Crescimentos nominais mais próximos da média do país registaram-se na Península de Setúbal (9,4%) e no Norte (8,9%), enquanto no Centro, Oeste e Vale do Tejo e Alentejo (todas com 7,7%) e na Região Autónoma dos Açores (7,1%) registaram-se variações do RPB inferiores à média nacional, em grande medida devido ao crescimento das remunerações nestas últimas regiões ter sido inferior ao país, exceto na Península de Setúbal que foi praticamente idêntico.

Quanto ao RDB, o maior acréscimo observou-se igualmente no Algarve (13,0%) e na Região Autónoma da Madeira (11,4%), claramente acima do registado no país (8,8%), seguindo-se a Grande Lisboa com um crescimento igual ao país, explicado essencialmente pelo crescimento acentuado do RPB.

⁶ Rendimentos diretos das famílias gerados pela sua participação no processo produtivo e saldo dos rendimentos de propriedade.

⁷ Resulta das alterações no RPB decorrentes da ação redistributiva dos rendimentos pela política fiscal e do saldo das outras transferências correntes.



Quadro 6. Rendimento Primário Bruto e Rendimento Disponível Bruto das Famílias por NUTS II – 2022

Regiões	2022										
	RPB		RDB		Componentes do Rendimento Disponível						
	Total	Var. Anual	Total	Var. Anual	Rendimento Primário Bruto			Operações de redistribuição do rendimento			
					Remunerações	Excedente Bruto de Exploração/Rend. Misto	Rendimentos Propriedade Líquidos	Impostos	Contribuições Sociais Líquidas	Prestações Sociais Líquidas	Outras Transferências correntes Líquidas
10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	Contributos para a Variação Anual RDB (p.p.)							
Norte	50.268	8,9	50.315	8,9	6,8	1,1	0,9	-1,3	-1,6	2,3	0,6
Centro	23.491	7,7	24.647	7,9	5,2	1,4	0,8	-1,1	-1,2	2,1	0,7
Oeste e Vale do Tejo	12.208	7,7	12.249	7,5	6,2	0,6	0,9	-1,2	-1,4	2,3	0,1
Grande Lisboa	41.026	11,0	38.826	8,8	8,0	1,5	1,9	-1,8	-1,5	0,7	0,0
Península de Setúbal	13.454	9,4	12.599	8,3	7,7	1,6	0,6	-1,5	-1,7	2,0	-0,4
Alentejo	7.293	7,7	7.389	7,9	5,3	1,4	0,9	-1,0	-1,2	2,1	0,3
Algarve	8.592	17,5	9.052	13,0	7,8	6,5	1,7	-1,9	-1,9	0,5	0,4
R. A. Açores	3.638	7,1	3.690	8,0	4,8	1,8	0,5	-0,1	-1,2	2,2	-0,1
R. A. Madeira	3.863	14,1	3.904	11,4	7,6	5,3	0,7	-1,0	-1,8	2,1	-1,5
Portugal	163.832	9,6	162.671	8,8	6,8	1,7	1,1	-1,4	-1,5	1,7	0,3

A região Norte apresentou um crescimento do RDB (8,9%) igual ao RPB, porque o aumento dos impostos e das contribuições, com variações similares ao país, foi compensado pelo aumento das prestações sociais e das outras transferências correntes recebidas ser superior ao país.

As restantes regiões apresentaram acréscimos no RDB ligeiramente inferiores ao país, sendo de referir a Região Autónoma dos Açores que, apesar do crescimento do RPB claramente inferior ao do país, apresentou uma variação do RDB de 8,0%, devido à redução fiscal ocorrida no âmbito da lei das finanças das regiões autónomas (com um contributo dos impostos de -0,1%, bem inferior a -1,4% do País) e ao aumento das prestações sociais superior à média nacional, com um contributo superior (2,2%).

A Península de Setúbal, com um crescimento das prestações sociais (6,4%) superior ao do país (5,8%) e dos impostos e das contribuições sociais semelhantes aos do país, foi penalizada na passagem do RPB (9,4%) ao RDB (8,3%) pela diminuição das outras transferências correntes (-68,3%) com um contributo -0,4%.

As regiões Centro e Alentejo com variações iguais do RPB (7,7%) e do RDB (7,9%), apresentaram um comportamento igual nas várias componentes do rendimento, destacando-se a variação inferior das remunerações (7,8% e 8,3%, respetivamente) face ao país (9,8%) acompanhada pela variação inferior dos impostos e contribuições sociais a par de um maior aumento das prestações sociais, 7,2% e 7,0% em relação aos 5,8% do país (com um contributo desta componente para o RDB de 2,1% nas duas regiões face a 1,7% do país).

O Oeste e Vale do Tejo foi a região com menor variação do RDB (7,5%), condicionada pelo crescimento pouco expressivo do excedente bruto e rendimento misto 2,2% face a 6,9% do país (com um contributo de 0,6% face a 1,7% do país) e das outras transferências correntes que cresceram 10,7%, abaixo do país 15,1%.

O quadro 7 evidencia as assimetrias regionais dos principais indicadores de rendimento: PIB *per capita*; RPB e RDB das famílias *per capita*. Embora as diferenças regionais do RDB *per capita* e, sobretudo, do RPB *per capita* das famílias sejam significativas, apresentam valores muito inferiores aos do PIB *per capita*.

Quadro 7. Distribuição regional e Índices de disparidade do PIB, RPB e RDB *per capita* por NUTS II – 2022

Regiões	2022								
	PIB <i>per capita</i>			RPB <i>per capita</i>			RDB <i>per capita</i>		
	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)
Norte	19.989	86	9,8	13.866	89	8,3	13.879	89	8,3
Centro	20.429	88	8,9	14.067	90	7,4	14.760	95	7,5
Oeste e Vale do Tejo	17.942	77	6,0	14.682	94	6,3	14.731	95	6,1
Grande Lisboa	36.255	156	14,7	19.694	126	10,3	18.638	120	8,1
Península de Setúbal	16.081	69	9,3	16.419	105	8,7	15.376	99	7,6
Alentejo	22.173	95	12,5	15.431	99	7,6	15.634	101	7,8
Algarve	25.267	108	26,1	18.115	116	16,4	19.086	123	12,0
R. A. Açores	20.292	87	10,5	15.190	97	6,6	15.409	99	7,4
R. A. Madeira	24.728	106	23,0	15.247	97	13,6	15.408	99	10,9
Portugal	23.303	100	12,0	15.649	100	9,0	15.539	100	8,1
Máx-Min	20.174	87	-	5.828	37	-	5.207	34	-

Em 2022, o diferencial entre a região com maior e menor índice de PIB *per capita*, RPB *per capita* e RDB *per capita* foi de 87 p.p., 37 p.p. e 34 p.p., respetivamente, tendo havido um ligeiro agravamento na disparidade dos três indicadores em relação ao ano anterior. Refira-se que a nova geografia territorial (NUTS2024), que desagrega a anterior Área Metropolitana de Lisboa em Grande Lisboa e Península de Setúbal, regiões que apresentam o maior e o menor índice do PIB *per capita*, conduziu a um agravamento expressivo da disparidade regional em 2022, que passou de 44 p.p. na NUTS2013 para 87 p.p. na NUTS2024 (aumentando para 90 p.p. em 2023). Note-se que na comparação do índice do PIB *per capita* com o índice RPB *per capita*, verifica-se uma diferença -30 p.p. na Grande Lisboa face a uma diferença + 17 p.p. no Oeste e Vale do Tejo e de +36 p.p. na Península de Setúbal, associadas aos já mencionados movimentos pendulares.

Para o país, o RDB *per capita* é praticamente idêntico ao RPB *per capita*, existindo, contudo, diferenças entre as regiões. Tendo como referência a média do país, é de assinalar que a Grande Lisboa e a Península de Setúbal foram as regiões que, com a ação redistributiva dos rendimentos e das outras transferências correntes, apresentaram um índice de RDB *per capita* inferior (cerca de 6 p.p.) ao respetivo índice de RPB *per capita*. Com a exceção do Norte, as restantes regiões beneficiaram, em termos relativos, das transferências sociais, aumentando o RDB *per capita* face ao RPB *per capita*, sobretudo o Algarve e o Centro (com 7 p.p. e 5 p.p., respetivamente), seguidos do Alentejo e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (todas com 2 p.p.) e do Oeste e Vale do Tejo (1 p.p.).

Conclui-se que a redistribuição dos rendimentos reduziu as diferenças entre as regiões, havendo uma diminuição da disparidade na passagem do RPB *per capita* ao RDB *per capita*. Assinale-se que, na passagem ao RDB *per capita*, o Algarve superou a Grande Lisboa, em larga medida devido às prestações sociais recebidas do resto do mundo, o que é indissociável do afluxo de população aposentada a residir na região.